



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO MUNICÍPIO DE REMÍGIO, ESTADO DA PARAÍBA.

Lidiane Rodrigues Diniz; *Universidade Federal da Paraíba*

lidiany-rd@hotmail.com

Elaine Cristina Coutinho Pinto; *Universidade Estadual da Paraíba*

helainecm@hotmail.com

Ana Cristina Silva Daxenberger; *Universidade Federal da Paraíba*

ana.daxenberger@gmail.com

Resumo

O presente trabalho procurou compreender como tem sido a relação família e escola de um aluno com Síndrome de Down no ensino regular na cidade de Remígio, Estado da Paraíba. O aluno cursou a primeira série da Educação de Jovens e Adultos – EJA. A educação inclusiva tem o propósito de oferecer um ensino de boa qualidade e que possa atender a todos. E a família tem o papel de promover a interatividade com a instituição de ensino, favorecendo o processo de inclusão escolar. Nesta pesquisa pode-se identificar, por meio de um estudo qualitativo, através de questionários e entrevistas semiestruturadas, que se torna necessário um interesse maior dos responsáveis que compõem o ambiente escolar a respeito do que é SD, melhor capacitação docente para o atendimento às pessoas com Necessidade Educativas Especiais-NEE e sobre a importância da família no processo educacional, favorecendo a autonomia do indivíduo. Os dados foram categorizados de acordo com Bogdan e Bikle (1994) e analisados de acordo com fundamentos teóricos e aspectos legais. O processo de inclusão é longo e tornando-se necessário à participação familiar no processo de ensino aprendizagem, de maneira que contribua para uma maior autonomia possível. Complementando para esse processo ressaltamos também, as adaptações curriculares, reformulação do Projeto Político Pedagógico - PPP, e oferecimento de formação continuada permanentemente.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Síndrome de Down, Família.

Introdução

Verificamos que ultimamente, está cada vez mais tendo um desempenho relevante de pessoas com Síndrome de Down (SD) que tiveram oportunidade de desenvolver seu potencial, em diversas áreas do conhecimento. Sem dúvida, a inclusão é algo inseparável do sistema educacional, pois garante discussões que direcionam possibilidades de superação dos desafios para a prática escolar, procurando a identificação e o atendimento das necessidades



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

educacionais do estudante. Remetendo as orientações do Programa de Educação Inclusiva do MEC.

[...] cabe à escola prever o encaminhamento para estudo de caso, bem como o conjunto de procedimentos a serem adotados pelo professor, pela coordenação pedagógica, pela direção, pelo professor especialista, pela família e demais envolvidos, para a análise do processo e planejamento das providências necessárias para favorecer a aprendizagem do aluno. Com o objetivo de garantir, a todas as crianças e adolescentes, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, toda escola deve desenvolver e regulamentar os procedimentos para a identificação de necessidades educacionais presentes no seu alunado. Há que se identificar tais necessidades, para que se possam planejar os passos posteriores, do atendimento a essas necessidades. (SEESP/MEC, 2004 p. 18 e 19).

A educação inclusiva é destinada aos alunos com necessidades educativas especiais e baseia-se, fundamentalmente, em proporcionar, a tais alunos, bem como aos demais alunos condições de aprendizagem. Almejando o reconhecimento da diversidade como aspecto crucial e alterando o processo de exclusão que diversos indivíduos vivenciaram anteriormente. No processo histórico, a inclusão está correlacionada com a luta de familiares para a defesa das pessoas com deficiência (Carvalho, 2004).

Dentre os estudantes com necessidades especiais que se encontram matriculados em instituições públicas de ensino regular, temos o aluno com SD. Brunoni (1999, apud VOIVODIC, 2004, p. 39), descreve a Síndrome d Down:

[...] como uma cromossomopatia, ou seja, uma síndrome cujo quadro clínico global deve ser explicado por um desequilíbrio na constituição cromossômica, no caso a presença de um cromossomo a mais no par 21, caracterizado assim uma trissomia 21. O termo trissomia refere-se à presença de um cromossomo a mais no cariótipo de uma pessoa, fazendo com que o número total de cromossomos na SD seja 47 e não 47.

Pessoas SD passam a presenciar olhares diferenciados por causa do fenótipo marcante nessa síndrome. Sendo um entrave para a inserção da criança ou adulto com SD no sistema de ensino. Essa barreira inicialmente vem da família, por receio da pessoa com SD sofrer preconceito no ambiente escolar. Com isso, atualmente tanto no Brasil como no mundo, a matrícula escolar, muitas vezes, ainda ocorre de forma bastante restrita e isolada. E será que a família tem papel importante e participativo nesse processo de inclusão? E como estão lidando com esses alunos dentro da sala de aula? São alguns desses questionamentos que esta pesquisa procurará investigar, compreendendo que há necessidade de se construir uma sociedade inclusiva, na qual todos os membros façam parte dela assumindo o exercício da cidadania com garantia acesso aos diferentes serviços e espaços sociais (SASSAKI, 2001). No



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

processo de inclusão escolar o papel da família precisa ser identificado e analisado.

É preciso estimular o aluno a capacidade de aprender e participar no processo escolar. Sendo assim, a família não pode estar de fora desse processo de ensino e aprendizagem. Para que a pessoa com SD aprenda, é preciso que desde sua infância seja motivada a aprender, a desenvolver a sociabilidade necessária para contribuir para uma sociedade devidamente inclusiva. Neste trabalho, serão apresentadas algumas questões relativas à educação de um adulto com SD na modalidade Educação de Jovens e Adultos-EJA e o papel da família nesse processo. Há poucas pesquisas relacionadas a alunos com SD em escolas regulares. Assim, esperamos, com nosso trabalho, contribuir para a discussão sobre a inclusão de um aluno com Síndrome de Down no Ensino Regular. Nossa proposta de pesquisa levanta as seguintes questões: Será que está tendo um trabalho de apoio e intervenção na família, o que poderá refletir na melhora do desenvolvimento cognitivo do adulto com Síndrome de Down?

A participação familiar é crucial na educação. É fundamental analisar suas práticas e todo o ambiente de aprendizado realizado com pessoas com necessidade educativas especiais para favorecer dessa maneira, o processo de inclusão escolar. A participação da família no processo educacional inclusivo é essencial. Os familiares podem atuar como colaboradores, favorecendo plena interação com a comunidade escolar. E ajudando no desenvolvimento do estudante com NEE tanto na instituição de ensino como em casa. Ressaltando que familiares das pessoas com deficiência lutaram e lutam até hoje por oportunidades de estudos para essas pessoas. O processo de inclusão está diretamente ligado a lutas desses pais. Voivodic (2004, p22) afirma isso quando menciona em um trecho citado em seu livro que:

A inclusão, historicamente, também está ligada a movimentos de pais de crianças com deficiência. Na Europa os movimentos de pais de crianças com deficiência visavam convencer a sociedade e as autoridades públicas a incluírem seus filhos em situações comuns de ensino.

Mas que para isso aconteça de forma devida, os pais precisam oferecer oportunidades para que as pessoas com NEE sintam-se capazes em realizar tarefas, contribuindo para sua autonomia. Esse estudo contribuirá para estudo futuros na área de inclusão escolar e família, pois verificar a importância da dessa interatividade no cotidiano escolar dos educandos.

Os familiares isolavam e isolam até hoje seus filhos ou parentes dentro de casa como se eles não tivessem a oportunidade de viver em sociedade por serem diferentes dos demais. Atualmente a inclusão se tornou obrigatoriedade na escola, sendo abordado na Constituição de 1988, na LDBEN 9394/96 e no Estatuto da Criança e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

do Adolescente (ECA). Atualmente diversas discussões referentes à inclusão escolar de indivíduos com SD estão avançando, a fim de estudar como estes alunos estão inseridos na sala de aula. Pessoas antes não aceitas nas salas de aulas tanto pelos professores, por não terem formação ou capacitação necessária, ou também alunos que também não se encontravam acostumados à nova convivência escolar. E por envolver fatores biológicos importantes dentro da pesquisa sobre o assunto, já que se trata de uma pesquisa no curso de licenciatura em ciências biológicas. A LDB de nº 9.394/96 faz uma dedicatória à educação especial os artigos 58, 59 e 60 em seu capítulo V. Ressaltando que em 1961 houve homologação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Lei nº 4.024/61, a qual traz que a educação da pessoa com NEE passou a ser enquadrada no sistema geral de educação e com dez anos depois com a Lei 5.692/71. A LDB 5.692/71 pode garantir um melhor tratamento às pessoas que tinham algum tipo de deficiência e não teve acesso às escolas em idade apropriada por esse motivo poderiam ser matriculados com atraso em alguma série. As famílias das pessoas com deficiência tardam na maioria das vezes, o acesso dessas pessoas a alguma instituição de ensino. Nesse estudo evidenciamos esse dilema.

A SD é hoje uma das mais conhecidas. Essa pesquisa se torna importante porque ele mostrará como está sendo a inclusão do único aluno adulto com SD. É importante saber se esse aluno está sendo recebido de acordo com a Constituição Federal de 1988, que é a lei máxima brasileira, na qual em seu art. 208, inciso III diz que: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser preferencialmente na rede regular de ensino”, ou seja, não pode ser negada em momento algum a inclusão de alunos com necessidades educativas nas redes regulares de ensino por se entender que o atendimento educacional especializado é complementa? Continuando no inciso VI, o mesmo artigo menciona que é preciso oferecer: o ensino noturno regular, adequado às condições do educando. A escola deve oferecer também de acordo com o art. 206 primeiro inciso: igualdade de condições para acesso e permanência na rede regular de ensino. Com essas condições é possível alcançar o sucesso de aprendizagem do aluno se as práticas educativas realmente oferecerem condições de aprendizados para todos, respeitando as particularidades de cada um.

Então, cada vez mais escolas e professores estão recebendo alunos com necessidades especiais, cumprindo a Lei, a qual oferece atendimento educacional à pessoa com NEE, sem oferecer condições adequadas de aprendizagem (CARVALHO, 2004; STAINBACK e STAINBACK; 1999, SASSAKI, 2001). O que realmente



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

vale é oferecer serviços e adotar práticas criativas na sala de aula, redimensionando o projeto pedagógico, revendo posturas e construindo uma nova filosofia educacional.

Outra lei importante no aspecto da inclusão é a LDBEN 9.394/96, é no Art.59, inciso III que nela diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: professores com especialização em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educando nas classes comuns.

O indivíduo apresenta atualmente 25 anos de idade e está fora da sala de aula, mas sendo que no ano de 2015 era o único aluno com a síndrome matriculado em uma escola pública no município. Mas se tratando de um caso único. Nunca investigado antes no município. Por este motivo, a relevância social acadêmica deste trabalho de pesquisa se apresenta, uma vez que os resultados da pesquisa podem contribuir para melhorar o atendimento deste aluno e expor as dificuldades ou os avanços encontrados pela família no atendimento com alunos com SD. Sendo necessário compreender como é a relação família escola para acompanhamento do desenvolvimento de um aluno com Síndrome de Down no Ensino Regular na cidade de Remígio, Estado da Paraíba. Analisando como acontece a inserção desse aluno na instituição de ensino, a participação da mãe do aluno com SD na inclusão escolar do mesmo. Sendo importante também averiguar o papel e a participação da professora no processo de inclusão escolar desse aluno, juntamente com socialização do mesmo.

Metodologia:

Para manejar nosso estudo, teve o uso das contribuições de autores como: Sasaki (2005), Mantoan (2001), Voivodic (2004), Schwartzman (1999), entre outros, além de documentos legais nacionais e internacionais.

Esta pesquisa de cunho qualitativo, havendo a solicitação e autorização da Secretária de educação do município, para poder dar início ao trabalho em campo.

Sendo um trabalho conduzido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Gercina Eloy Freire no município de Remígio-PB. Com enfoque em um aluno com Síndrome



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de Down do sexo masculino, com idade de 25 anos. O aluno estudou na instituição até o ano de 2015, depois não foi mais matriculado em nenhuma instituição educacional.

Como instrumentos de pesquisa desse trabalho, houve a aplicação de questionários semiabertos e estruturados e aplicação de entrevistas com o próprio aluno com SD, familiares, professora e colegas de sala. Os questionários foram entregues para os participantes com um prazo de oito a quinze dias. De acordo com suas disponibilidades. Sendo todos entregues dentro da escola.

Para a mãe, aluno e os seis colegas de sala foram realizadas entrevistas com perguntas já pré-estabelecidas, porque eles ainda são estudantes da primeira série do EJA e a maioria não sabe ler nem escrever. Sendo assim, pesquisadora assumiu o papel de escriba ao entrevistá-los tendo que fazer as perguntas registradas pela pesquisadora. Com a colaboração da professora foi reservada uma sala para executar a entrevista. Para análise de dados, utilizou-se das ideias de Bogdan e Biklen (1994) sendo preciso averiguar a quantidade de dados e os objetivos que se pretendia alcançar.

Resultados e discussões

Nas escolas inclusivas, educadores, gestores, coordenadores, famílias e comunidade devem estar sempre em parceria. Para desenvolver no aluno a capacidade de aprender e participar. Mas escolas que se dizem inclusivas, na verdade não praticam de fato esses mecanismo e estratégias. Sobre o aspecto cognitivo a pessoa com SD apresenta uma deficiência intelectual mais constante. Os aspectos cognitivos são características adquiridas nos indivíduos. Os indivíduos com SD têm muita capacidade de aprender normalmente se forem estimulados de maneira correta. Voivodic (2004, p. 43) afirma que “a genética representa apenas uma possibilidade, e as competências cognitivas é algo que se adquire com o desenvolvimento humano na interação com os outros”. Sabemos que os benefícios trazidos pela estimulação favorecerão a vida da criança com SD, melhorando assim, a fala, a mastigação, o padrão de andar, ou seja, as funções motoras e intelectuais. Os pais precisam estimular o bebê, se tornando uma atividade feita em conjunto com a família, pois muitas vezes acaba sendo de responsabilidade de uma única pessoa, no caso a mãe. O estudo revelou que o aluno apresenta muita dificuldade para se comunicar com os demais da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

turma, inclusive com a professora. A mãe do aluno encontrava-se matriculado com ele, e oferecia auxílio na comunicação com os demais na sala.

A mãe do aluno com SD relata não ter conhecimento do que se trata o termo inclusão escolar. Como muitos pais a palavra inclusão ainda é algo desconhecido para eles. Essa desinformação pode prejudicar o desenvolvimento escolar das pessoas com NEE, porque pais não compreendem a importância de seus filhos serem inseridos num ambiente escolar. Os colegas da primeira série do EJA foram entrevistados sobre e todos desconheciam esse processo. Na fala desses alunos apenas um integrante se manifestou a favor da inclusão de pessoas com NEE na sala de ensino regular. Ao relatar que são capazes de estudarem com os demais sem deficiência. Os demais acham que o aluno com SD deveria está separado, pois atrapalha o aprendizado deles durante as aulas. Essa segregação muitas vezes pode ocorrer desde a infância e pode se tornar uma grande barreira que levará consequências por muitos anos. Preconceitos com alunos com SD podem levar a família desistir de matricular seus filhos, não lhes dando a oportunidade de um aprendizado, ter relações sociais.

Ao questionar sobre a realização de algum curso preparatório para lecionar pessoas com NEE à participante professora respondeu que não houve qualquer curso. A insegurança em ensinar às pessoas com deficiência poderia ser amenizada com a participação em cursos de formação continuada, os quais podem contribuir no aprofundamento dos aspectos etiológicos e didático-pedagógicos.

Podemos observar isso em suas falas:

Os professores não têm formação para este fim.

Estou insegura, pois eu sei que não tenho experiência em trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais.

A falta de formação docente auxilia no processo de segregação dos alunos dentro da sala de aula e isso não pode acontecer, pois o educador é um facilitador no processo de inclusão escolar e precisa reconhecer seu papel para que aconteça de forma devida esse processo. É necessário romper essa insegurança, procurando uma formação adequada para atender a todos os alunos para a construção de uma escola inclusiva.

Ao indagar sobre a capacitação da professora para atendeu o aluno com SD obtemos as seguintes respostas:

Sim. Ela ensina direito. Mãe

Não é capacitada para atendê-lo. Irmã.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Percebemos nos relatos dos familiares que apresentam divergências em suas falas. E isso é evidente na fala da participante P que não acontece um processo devido de inclusão escolar. E por ter certo conhecimento na área, a irmã que também é professora do ensino fundamental, relata a insegurança e despreparação da professora do aluno com SD.

Podemos averiguar que a escola não houve um planejamento para atender o aluno com SD. Sendo o primeiro aluno com SD, não sendo atendido como deveria de acordo com suas necessidades. O Projeto Político Pedagógico- PPP mencionado pela professora é um projeto importantíssimo para que haja um plano de ensino adequado para atender os alunos com um todo, e o aluno com SD não estava incluído nele em seu primeiro ano na escola.

Sobre a comunicação com os familiares, à professora afirma que tem boa comunicação com a família. A mãe do aluno com SD frequenta a mesma sala de aula junto com ele, segundo ela sua presença é crucial para que ele permaneça na escola com os demais. A interatividade da mãe é constante. A família é essencial na atuação para que se tenham um bom desenvolvimento escolar. Analisando as falas, observamos que a maioria dos colegas acha essencial a participação da mãe no ambiente escolar para realizar tarefas e ter contato com a professora. Mas apenas um colega questionou a presença da mãe na sala de aula, segundo ele, ela interfere na sociabilidade dele com os demais colegas. Sobre as dificuldades por causa da fala do aluno; os familiares responderam que o mesmo está tendo acompanhamento semanal com a fonoaudióloga. Esse acompanhamento especial fora da escola é importante, para que ao longo do tempo, o próprio aluno responda aos estímulos sem precisa da ajuda da mãe para isso, favorecendo a sua própria socialização.

O participante com SD foi inserido na escola tardiamente, sendo uma das dificuldades para que ele possa de desenvolver. A mãe diz que:

Até pensava em colocar o filho na escola quando criança, mas não fiz isso por causa do preconceito com ele. Ele quando passava na frente da escola na zona rural as outras crianças tinham medo dele, não se aproximavam, olhares preconceituosos. E só esse ano quando se mudou para zona urbana. É uma oportunidade para ela aprender também.

A segregação de pessoas com NEE ainda é uma realidade, acreditando que esses alunos devem estar em outro ambiente, com pessoas que apresentam as mesmas características. Triste realidade evidenciada nessa pesquisa que tornou um dos motivos para que a mãe desistisse de continuar os estudos junto com seu filho. Essa exclusão evidenciada acaba diminuindo as chances das pessoas com NEE se relacionarem e se desenvolverem.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A mãe acompanha todo o desenvolvimento e procurar auxiliar a professora na aplicação das tarefas escolares. Sendo essencial, mas prejudicial para a socialização com os colegas. E ao mesmo tempo tem que dá conta de fazer as suas atividades já que também está estudando:

Ele fica inquieto sem sua presença. Mãe

Com a pesquisa percebemos que a escola juntamente com os profissionais ainda não está totalmente adaptada para receber alunos com SD. Mas que foi evidenciado um desconhecimento do aluno quanto à participação para fazer as atividades apresentadas pela professora.

Conclusão

O processo de inclusão escolar é considerado histórico e longo. Que ao lermos documentos legais, que não podem ser ignorados, mas apenas seguir sem avançar como se deve. Podendo observar que durante com os dados obtidos que a escola e seus profissionais não se encontram preparados para aceitar e acolher indivíduos com SD. Sendo que a família encontra-se em constante participação diante o processo de ensino aprendizagem do aluno. A família serve como mediação para as relações interpessoais no meio escolar. A professora ao formular novas estratégias deve desenvolver atividades que favoreçam a socialização dos alunos em sala. Essa parceria favorece a todos e ajuda na inclusão no ensino regular. Não apenas deixar o aluno inserido o tempo todo perto da mãe. Isto é, o aluno não deve meramente ocupar um espaço na sala, mas que possa receber estímulos para favorecer o convívio desse aluno na sala de aula com os demais colegas realizando o fortalecimento da inclusão escolar.

Referências

BOGDAN, R; BIKLEN, S. Características da investigação qualitativa. In: **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Porto Editora, 1994.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. 176 p.

_____; **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____; **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2005.

_____; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva** .v. 3 : a escola / coordenação geral SEESP/MEC ; organização Maria Salete Fábio Aranha. – Brasília, 2004. p.26 Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2016.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

STAINBACK, S.; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.